

PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E GARANTIA
DOS PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL -
ALGORITMOS DE AGRUPAMENTO E SIMILARIDADE

■ Luiz Cláudio Allemand
Coriolano Aurélio de Almeida Camargo Santos
Américo Ribeiro Magro
Rovena Gomes

Coordenadores

Prefácio
Leila Chevtchuk

FORUM

LUIZ CLÁUDIO ALLEMAND
CORIOLANO AURÉLIO DE ALMEIDA
CAMARGO SANTOS
AMÉRICO RIBEIRO MAGRO

ROVENA GOMES

Coordenadores

Prefácio

Leila Chevtchuk

PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS

Inteligência artificial e garantia dos
princípios do processo civil - Algoritmos de
agrupamento e similaridade

Área específica da obra

Direito Processual Civil

Áreas afins do livro

Direito Civil

Tecnologia da Informação e Direito Digital

Inteligência Artificial no Direito

Direito e Inovação Tecnológica

Ética e Responsabilidade no Processo Judicial

Direitos Humanos e Acesso à Justiça

Palavras-chave

Inteligência Artificial; Processos Judiciais
Eletrônicos; Direito Digital.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 3623

P963 Processos judiciais eletrônicos: inteligência artificial e garantia dos princípios do processo civil - algoritmos de agrupamento e similaridade / Luiz Cláudio Allemand, Coriolano Aurélio de Almeida Camargo Santos, Américo Ribeiro Magro, Rovená Gomes (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025.

406 p. 14,5x21,5cm
ISBN 978-65-5518-975-9
ISBN digital 978-65-5518-966-7

1. Inteligência artificial. 2. Processos judiciais eletrônicos. 3. Direito digital. I. Allemand, Luiz Cláudio. II. Santos, Coriolano Aurélio de Almeida Camargo. III. Magro, Américo Ribeiro. IV. Gomes, Rovená. V. Título.

CDD: 006.3

CDU: 004.8

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ALLEMAND, Luiz Cláudio; SANTOS, Coriolano Aurélio de Almeida Camargo; MAGRO, Américo Ribeiro; GOMES, Rovená (coord.). *Processos judiciais eletrônicos: inteligência artificial e garantia dos princípios do processo civil - algoritmos de agrupamento e similaridade*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 406 p. ISBN 978-65-5518-975-9.

Luiz Cláudio Allemand

Advogado. Mestre em Direito Tributário pela Universidade Cândido Mendes – UCAM – Rio de Janeiro/RJ. LL.M. pela *Steinbeis University Berlin* – Alemanha. Pós-Graduado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário IBET/Consultime. Pós-Graduado em Direito da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/MMurad. Pós-Graduado em Direito Processual Civil pela Faculdade de Vitória – FDV. Diretor Jurídico da FIESP. Membro do Conselho Superior de Direito da Fecomercio/SP. Presidente da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Cindes/Findes-ES. Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Ex-Conselheiro do CNJ. *E-mail*: allemand@allemand.adv.br.

Coriolano Camargo

Doutor em Direito pela FADISP. Mestre em Direito na Sociedade da Informação pela FMU. Coordenador de obras jurídicas, como *Novas Perspectivas sobre Ética, Direito e Tecnologia*. Palestrante e Parecerista em universidades no Brasil e na Europa, com destacada *expertise* na resolução de conflitos para empresas e famílias, utilizando técnicas de inteligência artificial aplicada ao processo. Professor e Coordenador na ESA Nacional, é membro da Comissão de Inteligência Artificial do Conselho Federal da OAB, contribuindo amplamente para debates interdisciplinares no Brasil e no exterior. Presidente da Comissão Estadual de Direito Digital da OAB-SP. *E-mail*: coriolanoaurelio@uol.com.br.

Américo Magro

Advogado. Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em Interesses Difusos e Coletivos. Especialista em Direito Eleitoral. Autor de obras sobre Direito Digital e Proteção de Dados. *E-mail*: americomagro@gmail.com.

Rovená Gomes

Advogada, certificada pela ABNT como Líder de Implementação para ISO 27701. Formação em Proteção de Dados pela Insper, focada na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Certificação EXIN em *Privacy and Data Protection* e *Information Security Foundation*. Pós-Graduada em *Compliance, Gestão e Integridade* pela FAESA. Pós-Graduada em Ciências Penais e Segurança Pública pela UVV. *E-mail*: rovena@allemand.adv.br.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

DESEMBARGADORA LEILA CHEVTCHUK	17
---	----

O DEVIDO PROCESSO DIGITAL NA PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO

ALANA GABRIELA ENGELMANN	19
1 Introdução	19
2 O devido processo digital na perspectiva contemporânea e o direito fundamental ao contraditório	20
3 Automatização procedimental e os direitos fundamentais: como os sistemas inteligentes aplicam o contraditório?	27
4 Conclusão	34
Referências	36

ALGORITMOS DE AGRUPAMENTO E SIMILARIDADE NO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL: UMA QUESTÃO DE TRANSPARÊNCIA

ANA PAULA CANTO DE LIMA, OSCAR VALENTE CARDOSO	39
Introdução	39
1 O desenvolvimento da inteligência artificial no cenário contemporâneo	40
2 Algoritmos de agrupamento e similaridade (SAS)	44
3 Benefícios dos algoritmos de <i>clusterização</i> e similaridade (SAS) nos processos judiciais	46
4 Desafios e riscos da automação nos processos judiciais	49
5 A aplicação do SAS no juízo de admissibilidade recursal: uma questão de transparência	51
Considerações finais	55
Referências	56

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM DEBATE APLICADA AOS PROCESSOS JUDICIAIS

ANDRÉIA ROCHA FEITOSA	59
Introdução	59
1 A liberdade de escolha na prestação de serviços com uso de tecnologias na sociedade da informação	60
2 Da inteligência artificial para resolução de demandas judiciais	65
Conclusões	72
Referências	73

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E TABELIONATO DIGITAL: COMO OS ALGORITMOS ESTÃO IMPACTANDO A PRÁTICA NOTARIAL E SUA APLICAÇÃO NO PROCESSO CIVIL

ANDREY GUIMARÃES DUARTE	75
Introdução: o direito notarial e o direito civil da nova era	75
1 O ato notarial na era digital	77
2 Provas eletrônicas e o papel das atas notariais no processo civil	81
2.1 Princípio da livre apreciação das provas	83
2.2 Os negócios jurídicos processuais na adoção de novas tecnologias	84
3 Implicações éticas da utilização de tecnologias emergentes no direito notarial	85
3.1 Geração automatizada de atas notariais	86
3.2 Auxílio na redação e revisão de atas notariais	86
3.3 Verificação e validação de provas eletrônicas	87
3.4 Tecnologia a serviço da sociedade: o e-Fatos enquanto expansão do cenário atual	87
3.5 Regulação e ética na integração de IA à atividade notarial	90
Considerações finais	91
Referências	93

JUIZ-ROBÔ E ALGUNS PARADOXOS

ANTÔNIO AURÉLIO DE SOUZA VIANA	95
1 Introdução	95
2 Paradoxo da existência	96
3 Paradoxo da transparência	109
4 Paradoxo da eficiência	113
5 (In)conclusões	117
Referências	118

A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PELO JUDICIÁRIO: CONFLITO ENTRE O PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL E A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

BRUNO QUEIROZ DE VASCONCELOS FINOTTI, GILBERTO FERREIRA RIBEIRO JUNIOR	119
1 Introdução	119
2 Conceito, modalidades e desafios da inteligência artificial	121
3 Princípio do juiz natural.....	124
4 Princípio da duração razoável do processo.....	126
5 Da utilização da IA pelo Judiciário sob a perspectiva do juiz natural do direito x duração razoável do processo	128
6 Conclusão	130
Referências.....	132

DESAFIOS E COMPLEXIDADES NO JULGAMENTO DE CASOS ENVOLVENDO CRIANÇAS E O PAPEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO JUDICIAL

CINDIA REGINA MORACA	135
1 Introdução	135
2 Pontos positivos e negativos de como o Judiciário brasileiro usa a IA	136
3 Pontos negativos e processos.....	138
4 Papel do juiz nos processos.....	139
5 Papel do juiz em casos que envolvam crianças.....	141
6 Direito da família.....	142
7 Discussões	145
8 Considerações finais	146
Referências	148

A UTILIZAÇÃO DE MODELOS COMPUTACIONAIS *LARGE LANGUAGE MODELS* (LLMs) NA FORMAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL E A LEGITIMIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: POR UM DEVIDO PROCESSO TECNOLÓGICO

DIOGO AUGUSTO DEBS HEMMER, RICARDO PADOVINI PLETI FERREIRA	151
1 Introdução	151
2 A atividade jurisdicional e a legitimidade das decisões judiciais	156
3 O problema das <i>black boxes</i> inerentes às soluções baseadas em inteligência artificial	159
4 O devido processo tecnológico e a governança no exercício da função jurisdicional.....	166
5 Conclusão	168
Referências.....	168

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

FABIANA EWALD RICHINITTI	171
1 Introdução	171
2 Impactos positivos da utilização de inteligência artificial pelo Judiciário.....	173
2.1 Celeridade processual, eficiência e a razoável duração do processo.....	173
2.2 Economia	178
2.3 Efetividade	179
3 Desafios éticos à utilização de IA nas decisões judiciais	182
3.1 Vieses tendenciosos e bolhas de preconceito algorítmico	182
3.2 Falta de transparência dos algoritmos e <i>accountability</i>	186
4 Conclusão	189
Referências.....	191

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO: OPORTUNIDADES, DESAFIOS E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

FÁBIO VALENTINI DE CARVALHO	193
1 Introdução	193
2 Inteligência artificial (IA) e o direito: uma revolução em andamento.....	194
3 Conceitos fundamentais de algoritmos e inteligência artificial (IA).....	195
4 Exemplos práticos de implementação de IA em tribunais brasileiros	196
4.1 IA no Supremo Tribunal Federal.....	196
4.2 IA no Superior Tribunal de Justiça	198
4.3 IA no CNJ, AGU, TJMG, TJPR, TJSP e TJRJ.....	198
5 O Conselho Nacional de Justiça e o uso da inteligência artificial (IA) no Judiciário brasileiro.....	200
5.1 Diretrizes e recomendações do Conselho Nacional de Justiça	200
6 O relatório do CNJ sobre IA generativa no Poder Judiciário.....	201
7 Benefícios da integração da IA no Judiciário	202
8 Desafios éticos e jurídicos do uso da IA.....	203
8.1 Vieses algorítmicos e discriminação.....	203
8.2 Transparência e explicabilidade das decisões automatizadas.....	204
8.3 Proteção de dados e conformidade com a LGPD	204
8.4 Limites éticos na decisão automatizada: o papel humano.....	205

9	O marco regulatório brasileiro para IA: Projeto de Lei nº 2.338/2023	206
10	O papel da ONU e os sistemas judiciais eficientes.....	207
11	Considerações finais	209
	Referências.....	211

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO: IDENTIFICAÇÃO E MITIGAÇÃO DE VIESES PARA ASSEGURAR A EFETIVA PRESTAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL COM A OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DO PROCESSO CIVIL

GUSTAVO GOBI MARTINELLI.....		215
1	Introdução	215
2	Desconstruindo mitos: a impossibilidade da dominação humana pela inteligência artificial	216
3	Conceitos sobre o desenvolvimento de inteligências artificiais	218
3.1	Estrutura de um <i>dataset</i>	221
3.2	Riscos na utilização de inteligências artificiais	223
4	Vieses conhecidos nas ferramentas de inteligência artificial	226
5	Mitigando vieses nas ferramentas de inteligência artificial.....	232
6	O princípio da transparência do poder público e a auditoria da OAB	235
7	Considerações finais	239
	Referências.....	240

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O POSITIVISMO TECNOLÓGICO NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

HENRIQUE ALVES PINTO, TÚLIO ARANTES BOZOLA		243
	Introdução	243
1	O pragmatismo jurídico enquanto instrumento de justificação da utilização de inteligência artificial pelo Poder Judiciário.....	245
2	O incremento da utilização da inteligência artificial judicial e os riscos aos jurisdicionados.....	251
3	A corrida tecnológica judicial e o surgimento do positivismo tecnológico.....	257
	Conclusão	264
	Referências	266

SUPERVISÃO E TRANSPARÊNCIA NO USO DE ALGORITMOS DE IA NA JUSTIÇA

JOÃO ROBERTO PERES		269
1	Introdução	269
2	Fundamentação	271
2.1	Algoritmos na inteligência artificial	272
2.2	Como os algoritmos funcionam na IA	272
2.3	Alguns tipos de algoritmos usados na IA	273
2.4	A importância dos algoritmos para IA	274
2.4.1	Crescimento do uso de IA no sistema de justiça	274
2.5	Principais algoritmos usados em soluções na área jurídica.....	275
2.6	Algoritmos de agrupamento (<i>clustering</i>)	275
2.6.1	Exemplos de aplicação.....	276
2.7	Algoritmos de similaridade (<i>Similarity Search Algorithms</i>).....	280
2.7.1	Exemplos de aplicação.....	280
3	Riscos e potenciais problemas no uso de algoritmos de IA na área jurídica.....	284
3.1	Falta de transparência e o problema da “caixa-preta algorítmica”.....	285
3.2	Automação da injustiça: o perigo da substituição humana	286
4	A urgência de regulamentações claras.....	287
4.1	Lições da nova Lei Europeia de Regulação da IA	288
4.2	Marco legal da inteligência artificial no Brasil.....	288
4.3	O que esperar para o futuro?.....	289
5	Conclusão: melhores práticas no uso da IA na advocacia e no Judiciário.....	289
	Referências.....	291

O PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ NA ERA DA IA

JOÃO VINÍCIUS MANSSUR, KAÍQUE RODRIGUES DE ALMEIDA.....		293
	Introdução	293
1	A transformação digital do Poder Judiciário	293
2	A inteligência artificial hoje e amanhã	294
3	O princípio da identidade física do juiz em sua acepção original	298
4	A impossibilidade de uma “IA-oráculo” e de um “juiz boca do algoritmo”	301
	Conclusão	306
	Referências.....	306

A (DES)NECESSIDADE DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO
CONSTITUCIONAL DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO EM DECISÕES DE TRIBUNAIS SUPERIORES

LUIZ ALFREDO ROCHA LIMA	309
Introdução	309
1 O princípio constitucional da razoável duração do processo no direito brasileiro.....	310
2 Contexto processual contemporâneo: a recorribilidade aos tribunais superiores e a alta demanda judiciária.....	312
3 Direito e tecnologia: o crescente uso de plataformas de inteligência artificial no direito	317
Conclusão	322
Referências	323

A PRESERVAÇÃO DAS PRERROGATIVAS PROFISSIONAIS
NO CONTEXTO DA AUTOMAÇÃO DE ROTINAS PROCESSUAIS
POR MODELOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

LUIZ CLÁUDIO ALLEMAND, AMÉRICO RIBEIRO MAGRO	325
Introdução	325
1 Historicidade e contextualização da inteligência artificial.....	327
2 Necessidade de parâmetros e balizamentos éticos: transparência e controle	330
3 A utilização de modelos de IA no Poder Judiciário.....	334
4 As funcionalidades autônomas dos modelos de IA no âmbito processual eletrônico e os riscos às prerrogativas profissionais dos peticionantes	336
Conclusão	340
Referências.....	341

PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E GARANTIA DOS PRINCÍPIOS DO
PROCESSO CIVIL – ALGORITMOS DE AGRUPAMENTO E SIMILARIDADE PROTEÇÃO CONTRA AMEAÇAS
CIBERNÉTICAS EM PROCESSOS JUDICIAIS

MARCELO MARCON	345
1 Pilares da segurança da informação.....	346
2 Proteção contra ameaças cibernéticas	347
3 Criptografia.....	349
4 Controle de acesso.....	350
5 Monitoramento contínuo	351
6 O uso do <i>blockchain</i> em processos judiciais	352
7 Resiliência e planos de recuperação	353
8 Considerações finais	354
Referências.....	355

NÓS E OS ROBÔS-JUIZES: OS EFEITOS DO USO DA IA PARA FINS DE DECISÃO PELO JUDICIÁRIO

MIGUEL ANTÔNIO SILVEIRA RAMOS	357
1 Da manufatura ao uso de tecnologias sustentadoras	357
2 A era das tecnologias disruptivas	360
3 O inegável paradoxo do benefício do uso da tecnologia digital pelo Judiciário	365
4 A humanização da tecnologia x desumanização da prestação jurisdicional	368
5 Robôs-juizes algorítmicos vs. juizes-robôs assinadores	370
6 Robôs-juizes e o princípio do juiz (artificial) natural.....	371
7 Processo de decisão do robô-juiz: um processo baseado em dados “históricos passados”	372
8 O necropositivismo algorítmico.....	374
9 Decisões por robôs-juizes e as garantias do acesso à justiça.....	375
Referências.....	381

ALGORITMOS DE AGRUPAMENTO E SIMILARIDADE (SAS) E DECISÕES AUTOMATIZADAS: UMA ANÁLISE
CRÍTICA SOBRE A APLICAÇÃO RESPONSÁVEL PARA MELHORIA DOS PROCESSOS JUDICIAIS

RICARDO ANDRIAN CAPOZZI	385
1 Introdução	385
2 Aspectos técnicos legais	386
3 Algoritmos de agrupamento e similaridade (SAS)	387
3.1 Funcionamento dos Algoritmos SAS	388
3.2 Vantagens do SAS nos processos judiciais	388
3.3 Desafios éticos e jurídicos	389
3.4 Decisões automatizadas	390
3.5 Riscos associados às decisões automatizadas	391
3.6 Princípios processuais em risco.....	391
4 Propostas de aplicação responsável de IA nos processos judiciais	392
5 Supervisão humana	392
5.1 Transparência e auditabilidade.....	392
5.2 Critérios de qualidade e precisão.....	393

5.2.1	Viés algorítmico.....	394
5.2.2	Recomendação de documentos legais.....	394
5.2.3	Avaliação de riscos legais.....	396
5.2.4	Classificação e atualização de textos jurídicos.....	396
6	Conclusão.....	398
	Referências.....	398
SOBRE OS AUTORES.....		401

Alana Gabriela Engelmänn

Mestre em Direito Público pela Unisinos. Especialista em Novo Processo Civil Brasileiro pela Unisinos. Pesquisadora. Conselheira Subseccional de Saporanga da OAB/RS. Presidente da Comissão Especial de Direito Processual Civil da Subseção de Saporanga da OAB/RS. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) e da Associação Brasileira “Elas no Processo” (ABEP). Advogada. *E-mail*: alanagengelmänn@hotmail.com.

Américo Ribeiro Magro

Advogado. Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em Interesses Difusos e Coletivos. Especialista em Direito Eleitoral. Professor universitário. Autor de obras sobre Direito Digital e Proteção de Dados. *E-mail*: americomagro@gmail.com.

Ana Paula Canto de Lima

Advogada, Mestre, LL.M em Proteção de Dados (RGPD/LGPD). Autora de obras jurídicas, possui livros e artigos indicados nas bibliografias selecionadas pelo STJ. Diretora de Direito e Tecnologia da ESA/PE. Membro do Observatório Nacional de Cibersegurança, Inteligência Artificial e Proteção de Dados (ONCiber). Conselheira no Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPD). Membro da Comissão de Proteção de Dados do Conselho Federal da OAB.

Andréia Rocha Feitosa

Pós-Graduada em Direito Público e em formação de professores com ênfase no ensino superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, área de concentração: educação. Coordenadora da obra *Direito Digital e a Modernização do Judiciário*, pela Editora LTR. Foi pesquisadora do CEST, Centro de Estudos, Sociedade e Tecnologia, da USP. Presidente da Comissão de Direito Eletrônico e Tecnologia da 101ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (Triênio 2013/2015) e Presidente da Comissão de Direito Digital e Cibersegurança (2016/2018) da 94ª Subseção, ambas da Seccional de São Paulo. Advogada.

Andrey Guimarães Duarte

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Santos. Tabelião de notas desde 2004. 4º Tabelião de Notas de São Bernardo do Campo. Presidente da Associação dos Titulares de Cartório de São Paulo. Ex-Presidente e atual Vice-Presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP). Diretor do Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF). Conselheiro Consultivo do Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário (IBRADIM). Ex-Delegado de Polícia em São Paulo.

Antônio Aurélio de Souza Viana

Doutor, Mestre e Especialista em Direito Processual pela PUC Minas. Presidente da Comissão de Direito, Tecnologia e Inovação da OAB/MG – Subseção Contagem (2021-2024). Membro das Comissões de Processo Civil e de Inteligência Artificial da OAB/MG. Associado do IBDP e da ABDPRO.

Bruno Queiroz de Vasconcelos Finotti

Graduado em Direito. Pós-Graduado em Direito Civil e Empresarial pela Faculdade IBMEC. Pós-Graduado em Direito Societário e Contratos Empresariais pela Universidade Federal de Uberlândia. Sócio da Hemmer Advocacia.

Cíndia Regina Moraca

Advogada de Direito Digital, Civil e Família, com 25 anos de experiência no consultivo e contencioso. Pesquisadora e Palestrante em comportamento e reputação digital. Pós-Graduada em Direito Digital pela Faculdade Legale. Presidente da Comissão das Mulheres Advogadas da OABSP Jabaquara (2022-2027).

Diogo Augusto Debs Hemmer

Advogado. Graduado em Direito e em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia. MBA Executivo em Direito: Gestão e *Business Law*.

Fabiana Ewald Richinitti

Advogada formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com especialização em Direito Digital, *Cybersecurity* e Inteligência Artificial pela Fundação do Ministério Público (FMP).

Fábio Valentini de Carvalho

Advogado especializado em Direito Digital, Privacidade e Proteção de Dados, Governança Corporativa, *Compliance* e ESG. Palestrante na área, membro efetivo da Comissão Especial de Privacidade, Proteção de Dados e Inteligência Artificial, da Comissão Especial de *Compliance* e da Comissão Especial de Tecnologia e Inovação – OAB/SP (2022-2024).

Gilberto Ferreira Ribeiro Junior

Graduado em Direito pela Universidade de Uberaba (2005). Mestre em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto (2015). Doutorando no curso de Biocombustíveis pela Universidade Federal de Uberlândia. Sócio da Hemmer Advocacia.

Gustavo Gobi Martinelli

Analista de Governança, Riscos e *Compliance* – GRC na RD Station. Advogado e Professor de Pós-Graduação. Pós-Graduando em Inteligência Artificial e Ciência de Dados pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Especialista Pós-Graduado em Direito Digital. Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV. Graduado em Ciências da Computação e Direito. Certificado em *AI Risk Management (ISO/IEC 23894) Foundation*.

Henrique Alves Pinto

Doutor e Mestre em Direito Público e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília (UNICEUB) Brasília – DF. Advogado e professor universitário. *E-mail*: henrikiobrien@hotmail.com.

João Roberto Peres

Engenheiro Eletricista. Bacharel em Administração. Mestre e Doutor em Ciência da Computação. Ph.D Modelagem de Sistemas (UP Comillas). Mais de 20 anos como Professor e Consultor na FGV. Multiespecialista GRC, IoT, AI, Cibersegurança. Membro Comissão de Proteção de Dados e IA da OAB-SP. Autor no projeto “Cyber Security For Europe” – <https://the-blue-book.eu/index.php/task-force/>. Prefixo ISBN 978-85-923158.

João Vinícius Manssur

Advogado. Pós-Graduado em Direito Empresarial pela Escola Paulista de Magistratura. Pós-Graduado em Direito Penal Econômico pela FGV *Law*. Pós-Graduado pela Universidade de Coimbra.

Kaíque Rodrigues de Almeida

Advogado. Pós-Graduado em Direito Penal Econômico pela FGV *Law*. Especialista pela *Universidad de Salamanca*.

Luiz Alfredo Rocha Lima

Graduado em Direito pelo Centro Universitário Faesa desde 2019. Pós-Graduado em *Compliance* e Integridade em 2021. Pós-Graduando em Direito Digital desde 2024. Exerce a advocacia com atuação majoritária em Direito Empresarial Consultivo, Contencioso Estratégico e Direito Digital.

Luiz Cláudio Allemand

Advogado. Mestre em Direito Tributário pela Universidade Candido Mendes – UCAM – Rio de Janeiro/RJ. *LL.M.* pela *Steinbeis University Berlin* – Alemanha. Pós-Graduado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário IBET/Consultime. Pós-Graduado em Direito da Empresa pela Fundação Getulio Vargas – FGV/MMurad. Pós-Graduado em Direito Processual Civil pela Faculdade de Vitória – FDV. Diretor Jurídico da FIESP. Membro do Conselho Superior de Direito da Fecomercio/SP. Presidente da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Cindes/Findes-ES. Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Ex-Conselheiro do CNJ. *E-mail*: allemand@allemand.adv.br.

Marcelo Marcon

Graduação na Área de Redes, Tecnologia da Informação e Telecomunicações. Pós-Graduado em MBIS – Segurança da Informação. Pós-Graduado em Engenharia de Redes e Sistemas de Telecomunicações. Mestrando em Gestão Estratégica em Tecnologias de Informação. Possui mais de 20 anos de experiência profissional em TIC, com sólidos conhecimentos em: Segurança da Informação, Proteção de Dados, *Datacenter*, Virtualização, Servidores, Linux, *Firewall*, *Proxy*, Permissões e Controles de Usuários, Gestão de Riscos, Melhoria de Processos, Gestão de Ordens de Serviço, Ambientes Críticos, Inteligência e Contrainteligência. Instrutor da Escola Superior de Guerra (ADESG/Campinas). Membro do Comitê Avançado e Altos Estudos de Tecnologia e Inovação da *Digital Law Academy*. Vice-Presidente do Comitê Avançado de Segurança da APDados.

Miguel Antônio Silveira Ramos

Doutor em Direito Civil, Universidade de Buenos Aires, Argentina. Doutor em Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas, Brasil. Mestre em Direito e Justiça Social, FURG, Rio Grande, Brasil. Professor de Direito Civil na Universidade Federal do Rio Grande, Brasil. Advogado.

Oscar Valente Cardoso

Doutor em Direito (UFRGS). Especialista em Direito Processual Civil, em Inteligência Artificial e em Ciência de Dados e *Big Data Analytics*. Coordenador do Comitê Gestor de Proteção de Dados do TRF4. Professor no Mestrado da Universidade Europeia de Lisboa. Juiz Federal.

Ricardo Andrian Capozzi

Advogado e Perito Forense do Juízo para TJSP, TJRJ, TJMG, TRF, TRT e MPSP há 23 anos. Professor da Academia de Forense Digital, Mackenzie, IPOG, Instituto Mauá de Tecnologia, UniDrummond, Universidade São Francisco, FATEC, PUC Campinas e TI Exames. Especialista em Direito Digital, dedica seus estudos no campo dos exames técnicos de provas e elementos digitais com auxílio da IA. Certificado DPO, GRC e *CyberSecurity Analyst (CCSA)*. Mestrando em Direito pela FADISP/2024. *E-mail*: prof.ricardo.capozzi@drummond.com.br. *Site*: <https://ricardocapozzi.netlify.app/>.

Ricardo Padovini Pleti Ferreira

Professor Efetivo da Faculdade de Direito “Prof. Jacy de Assis”, da Universidade Federal de Uberlândia. Especialista em Direito Empresarial pela mesma instituição. Mestre e Doutor em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

Túlio Arantes Bozola

Doutorando em Direito Penal e Criminologia pelo Centro Universitário de Brasília (UNICEUB) Brasília – DF. Mestre em Direito Penal pela Universidade Federal de Uberlândia – MG (UFU). Advogado e Professor Titular de Direito Penal da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). *E-mail:* tulio.bozola@gmail.com.